

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----  
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2007.** -----  
----- **ACTA NÚMERO TRINTA** -----

----- No dia 15 de Maio de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Alexandre Ribeiro Valente, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Português Borges da Silva, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de

Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui Manuel Pessanha da Silva, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Alexandra Maria do Carmo Abreu Salgado, João Maria Martins Baioneto, Carlos Alberto Rebelo Costa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Miguel Martins Agrochão, Manuel Correia, João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira, Rita Susana Borges Cortez Folgosa. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João Augusto Martins Taveira, José das Neves Godinho, José Maria Ribeiro Rodrigues, Rodrigo Jorge Moctezuma Seabra Pinto Leite. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rui Coelho (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Ana Sara Brito (PS), para o período compreendido entre a posse da Comissão Administrativa e a posse do novo Executivo da Câmara Municipal. -----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- Lídia Fernandes (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Rita Susana Folgosa. -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Pereira. -----

----- Carlos Barroso e Carlos Oliveira Andrade, ambos do CDS-PP, comunicaram não poderem estar presentes nesta reunião, razão porque entrou o membro imediatamente a seguir na lista para substituir o Deputado Municipal Pedro Sampaio Nunes. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Valdemar Salgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, por Alexandra Maria do Carmo Abreu Salgado. -----

----- Filipe Almeida Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Baioneto. -----

----- Rosa do Egípto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Mendes Silva. -----

----- Joaquim Granadeiro (PCP), Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, por Manuel Correia. -----

----- Paulo Quaresma (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, por Manuel Martins Agrochão. -----

----- Foram justificadas faltas ao Deputado Municipal David Valente (PSD), relativamente às reuniões realizadas nos dias 17 e 24 de Abril de 2007. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Primeiro Secretário**, dado que a Senhora Presidente ainda não se encontrava presente, procedeu à abertura da reunião e, de seguida, declarou aberto o período destinado à intervenção do público. -----

#### ----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Sra. D. Ana da Conceição Lança Cardoso**, moradora na Av. General Roçadas, n.º 165 – 2º dtº, 1170-159 Lisboa, depois de referir que há 10 anos se dirigira à Câmara, em Alcântara, para pedir uma casa, disse que tem quatro filhos e em 2005 teve com uma arma apontada a si e foram disparados três tiros para o móvel da cozinha. Três dos quatro filhos eram do primeiro relacionamento, vivia então numa casa subalugada na Rua Cidade de Manchester, no Bairro das Colónias, mas recebera uma carta do advogado a dizer-lhe que tinha que deixar a casa, e isto porque ficara sozinha com os três filhos mais velhos porque o pai foi detido e deixou de ter condições para pagar a renda. -----

----- Entretanto, conheceu o pai do quarto filho, que tem agora oito anos, juntara-se com ele e a partir daí a sua vida tem sido um inferno. Ele batia nos seus filhos, a sua filha saía de casa para a esquadra e foi-lhe logo retirada para uma casa de acolhimento. -----

----- Como referira, há dez anos pediu uma casa à Câmara, recebera uma carta a dizer-lhe que a Câmara não tinha casas, o que parecia não ser agora o caso porque na GEBALIS a informaram que havia casas na Rua Mouzinho de Albuquerque. Tem procurado casa, mas duas assoalhadas custavam mais de quatrocentos euros por mês e não tinha condições para pagar esse dinheiro. -----

----- Por isso, disse a terminar, veio à Assembleia Municipal para ver se desta vez tinha mais um pouco de sorte. -----

----- **O Sr. Paulo Jorge Sopinha Amaral**, morador na Rua dos Corvos, n.º 19 – 1º esqº, 1100-174 Lisboa, falando em nome da Comissão de Moradores do Bairro de Alfama, mais precisamente da Freguesia de Santo Estêvão, disse que vinha colocar algumas questões relacionadas com o trânsito e o estacionamento condicionado imposto pelo Regulamento Específico na Zona de Estacionamento de Duração Limitada, de Alfama. -----

----- Disse, então, que há cerca de quatro anos que o estacionamento no Bairro de Alfama estava sujeito a regras, desde aí foi implementado um regulamento para condicionar o trânsito e o estacionamento nas ruas do bairro. Esse regulamento considerava, entre outras coisas, uma maior segurança dos moradores, trazer inegáveis benefícios para todos eles, nomeadamente porque veriam melhorada a circulação de viaturas de emergência, a circulação dentro do bairro reduzindo bastante os bloqueios por causa de carros estacionados, a facilidade para o estacionamento dos moradores ao afastar do interior do bairro muitas viaturas de visitantes e outras, apesar dos

lugares existentes não serem suficientes para os automóveis de todos os moradores, e, por isso, existirem sempre dificuldades. Enfim, pretendia-se a melhoria do ambiente e da qualidade de vida de todos os moradores. -----

----- No entanto, o que se verificava era que a segurança dos moradores passara para segundo plano, pois continuava a verificar-se dificuldade na circulação das viaturas de emergência, inclusive da própria PSP; continuava a ser caótica a circulação nas ruas do bairro, pois ruas havia em que existindo dois sentidos só conseguia circular uma viatura de cada vez; a dificuldade dos moradores em estacionar continuava a verificar-se pois grande parte das viaturas estacionadas não tinham dístico de autorização para o fazerem; e o ignorar de todos os pedidos de reuniões e de esclarecimento feitos pelos moradores e pela Junta de Freguesia de Santo Estêvão, por parte da Administração da EMEL. -----

----- Disse que depois de todos esses contratempos a qualidade de vida de quem morava no bairro não melhorara, pois continuavam a ter que dar voltas e voltas ao bairro para conseguir estacionar. -----

----- Assim, consideravam fundamental para o bem-estar da população do Bairro de Alfama: -----

----- 1 – A execução plena do regulamento aprovado em Sessão de Câmara; -----

----- 2 – A fiscalização, por parte dos funcionários da EMEL ou da Polícia Municipal, das viaturas mal estacionadas, estacionadas há vários meses ou sem dístico de autorização para entrarem dentro dos limites do bairro, à semelhança do que era feito noutras zonas da cidade; -----

----- 3 – Fazer com que o Regulamento não fosse aplicado de forma arbitrária, consoante o funcionário de serviço, para que as regras fossem uniformes. Ou seja, que não houvesse dois pesos e duas medidas para permitir ou proibir as entradas no bairro; -----

----- 4 – Sinalizar, nos acessos ao bairro, a localização dos parques de estacionamento alternativos. -----

----- A terminar, disse que passados quase quatro anos da entrada em vigor da Zona de Estacionamento e Trânsito Condicionado no Bairro de Alfama, os moradores sentiam-se completamente abandonados pela EMEL. -----

----- **O Sr. Rui Alexandre Lopes de Oliveira**, morador na Av. do Colégio Militar, n.º 23 – 2º esqº, 1500-179 Lisboa, falando em nome da Associação de Pais da Escola n.º 205/Álvaro Proença e também do Jardim-de-Infância n.º 4, da Freguesia de Benfica, disse que vinha referir algo que já foi falado em reunião de Câmara, em Janeiro passado, e que tinha a ver com o facto da pior escola da capital, e indiscutivelmente uma das piores do País, continuar a existir na situação de provisória há mais de 20 anos. -----

----- Disse que apesar de todos os contactos que têm vindo a desenvolver, ao longo de mais de um ano, com as diversas entidades em Lisboa, nomeadamente com a Câmara Municipal, o que era verdade é que progressos, até ao momento, foram praticamente nulos. E dizia que foram praticamente nulos porque se dizia sempre que ia ser construída a escola nova, para o próximo ano. Era verdade que já em anos anteriores a

Câmara teve em Orçamento verbas definidas para a construção das novas instalações dessa escola, mas também era verdade que nada foi feito nesse sentido. -----

----- Mais uma vez, no Orçamento para 2007 – se olhassem para o Plano de Actividades viam isso – a Câmara tinha atribuída uma verba de 50.000 euros, que afectava não só às 40 crianças do Jardim-de-Infância n.º 4 como da Escola n.º 205, para se iniciarem os trabalhos da construção das novas instalações. Mas o que era verdade é que desde Janeiro até agora nada foi feito nesse sentido, como também era verdade que essa situação estava na atenção da Sra. Ministra da Educação, pelo que sendo alvo da atenção particular da Sra. Ministra e também do conhecimento directo do Sr. Director Regional da Educação, e tendo havido uma reunião com a DREL e também já esteve marcada uma reunião com a Câmara, que foi desmarcada na semana passada, o que pretendiam agora era chamar a atenção de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal para que mesmo estando com o tempo contado, isto é até às próximas eleições que brevemente iriam decorrer, intercedessem no sentido de que as obras para a construção da nova escola pudessem avançar. -----

----- Estavam a falar de 160 crianças que estavam a laborar, juntamente com os professores e auxiliares, em condições descritas pela Sra. Ministra da Educação como as mais vergonhosas possível. -----

----- Portanto, gostariam que os Srs. Deputados Municipal trabalhassem nesta matéria de forma eficaz, no tempo que ainda tinham, para que, finalmente, a Escola n.º 205 deixasse de ser provisória. -----

----- Disse, ainda, que havia uma proposta do Ministério da Educação à qual o Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto não dera abertura ao não se reunir na semana passada, que era não transferir para contentores a instalar na Escola n.º 52 as 120 crianças da Escola n.º 205, mas mantê-las no mesmo espaço que, apesar de ser reduzido, manifestava um espírito de grupo e uma acessibilidade claramente mais favorável aos pais das crianças. -----

----- Terminou dizendo que ia deixar pastas para todas as bancadas, onde se indicava, de forma resumida, o que foi feito durante um ano pela Associação de Pais, como também um CD-Rom, que na Câmara já tiveram oportunidade de ver em Janeiro, e esperava que isso servisse elucidar mais e pudessem pôr mãos à obra no espaço de dois meses, o que efectivamente não conseguiram no espaço de um ano. -----

----- **A Sra. D. Isabel Marta Anastácio Pinho**, moradora na Rua da Estrela, n.º 25, 1200-668 Lisboa, começou por dizer que é assistente social e foi ela que fez o Jardim-de-Infância da Quinta do Ourives, que, infelizmente, continuava provisório sob a orientação da Santa Casa da Misericórdia. -----

----- E porque pensava que a Assembleia Municipal tinha as competências necessárias para ajudar a evitar erros, a razão por que vinha falar tinha a ver com o facto de, há cerca de dois meses, ouvir dizer que no Liceu D. Dinis se ia gastar imenso dinheiro. Não sabia se estava presente o Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, com certeza estava porque os seus inimigos comunistas geralmente estavam presentes, mas na Freguesia de Marvila existia a Escola de Marvila e entendia que o dinheiro que se

ia gastar na Zona I para que não se transformasse numa Zona J, se podia gastar na Escola de Marvila para ela ter um jardim e não ter os problemas que teve. -----

----- Disse, depois, que não estavam no Estado Novo, se estivessem no Estado Novo pedia um a entrevista ao Ministro da Educação, o que pedia era aos Presidentes de Junta e aos Deputados Municipais que estudassem o que se estava a passar, porque só a Assembleia é que tinha poder – ou seria que ela não sabia o que era a democracia – para saber o que se passava. Então ia-se fechar a Escola Bartolomeu de Gusmão, tendo a Escola D. Maria, a Escola Machado de Castro, para se ir ofender a Escola Josefa de Óbidos! O que diziam as Juntas de Freguesia dos Prazeres, de Santa Isabel, do Santo Condestável, da Encarnação, de Santa Catarina e de São Paulo a essa situação? -----

----- O que era que faziam as crianças? Lisboa não era uma cidade plana como a Holanda, tinha sete colinas. Bem sabia que Carnide tinha tudo resolvido, mas o que era que tinha a Baixa-Chiado? O que era que se passava com as unidades capitalizáveis? -----

----- O Senhor Presidente da República ia à Escola Marquês de Pombal, saberia ele que o 12º ano ia acabar este ano? Que os adolescentes com mais de 21 anos não iam poder fazer o 12 ano? Uma grande economista acabara com a telescola quando o ciclo preparatório não era permitido, neste momento tinham o canal 2 mas não tinham telescola, e deixavam fechar escolas. -----

----- Mas a Assembleia Municipal pode ou não pode fazer alguma coisa, perguntou a terminar. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, findo o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** informou que de acordo com o que foi decidido na Conferência de Representantes e de acordo com a Lei, uma vez que não havia representação da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, os pontos da Ordem de Trabalhos seriam discutidos e votados na próxima reunião desta Sessão, a realizar na próxima terça-feira, dia 22, pelas 15 horas. -----

----- Portanto, nesta reunião, teriam apenas o período de Antes da Ordem do Dia, não votariam a acta nem os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

----- Ainda sobre a Ordem de Trabalhos, informou que foi retirado o ponto 1 uma vez que os seus subscritores assim o decidiram por acharem que o problema estava ultrapassado, e também o ponto 4, Proposta 163/2007, que estava agendado condicionalmente à aprovação em Sessão de Câmara, e como não foi aí aprovado também era retirado. -----

----- Informou, ainda, que foram apresentadas e estavam já distribuídas seis moções e três recomendações, sendo que a Moção n.º 2 passava a Recomendação n.º 4, havendo, por isso, cinco moções e quatro recomendações para apreciação e votação.---

----- **MOÇÃO NÚMERO UM** -----

----- “A crise de confiança e política na qual o PSD mergulhou a Cidade de Lisboa teve, no passado dia 9 de Maio, a evolução que há muito era reclamada pelo Partido

Socialista: os eleitos do PSD, pressionados pela decisão dos vereadores do PS em renunciarem aos seus cargos, apresentaram finalmente a sua demissão. -----

----- A situação que se vivia em Lisboa, onde a confiança nas decisões da Câmara estava irremediavelmente abalada, devido à incapacidade revelada pelo PSD em lidar com as questões muito sensíveis que se colocaram, onde já era completamente patente a grave situação financeira do município, sem qualquer vislumbre de se pretender enfrentar as dificuldades e onde finalmente se verificava um completo desnorte face às situações de foro judicial de que se iam tomando conhecimento, com discursos permanentemente contraditórios, levaram a que nenhuma outra solução fosse viável. --

----- O Dr. Marques Mendes, um dos primeiros responsáveis pela situação criada, finalmente compreendeu que não era possível mais nenhuma saída e anunciou a vontade do seu partido em ir a votos, permitindo deste modo uma clarificação para a cidade. Mesmo assim, foi decisiva a determinação dos eleitos e candidatos do PS para que a clarificação possa ter lugar. -----

----- É em nome dessa clarificação, em nome dos argumentos apresentados pelo Dr. Marques Mendes enquanto líder do PSD, que o Grupo Municipal do Partido Socialista, chama a atenção para a necessidade de a mesma poder ocorrer também no Parlamento da Cidade, a Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Sabemos perfeitamente que esta Assembleia Municipal, como todas as outras, tem uma legitimidade própria, não dependendo do executivo. Sabemos naturalmente que nesta Assembleia não está em causa nenhum tipo de instabilidade política e jurídica. Entendemos apenas que deve ser dada a Lisboa uma oportunidade de governabilidade. -----

----- Perante a exiguidade do mandato restante e a enormidade dos problemas que têm de se enfrentar; -----

----- Perante a crise despoletada pelo PSD, que desbaratou uma coligação maioritária com o CDS; -----

----- Perante a gravíssima situação financeira onde se constata que as receitas correntes já não cobrem as despesas correntes; -----

----- Perante a perda de credibilidade que atingiu a Câmara Municipal no último mandato, credibilidade que a não ser recuperada dificilmente permitirá uma solução consistente para os problemas das Câmara e da cidade; -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista, em nome da ética política, em nome dos interesses gerais de Lisboa, propõe que a Assembleia delibere propor ao PSD que renuncie aos seus mandatos, possibilitando deste modo, que o próximo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, independentemente do seu posicionamento político, tenha a oportunidade de poder gerir a edilidade em condições de governabilidade, que poderá não se verificar, se nesta Assembleia Municipal não houver a possibilidade de qualquer tipo de clarificação.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

### **MOÇÃO NÚMERO DOIS**

----- A Moção n.º 2 passou a Recomendação n.º 4, conforme já anunciado pelo Sr. Presidente em exercício. -----

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- GREVE GERAL – 30 de Maio 2007 -----

----- “Os trabalhadores portugueses e aqueles que cá vivem e trabalham deparam-se com um agravamento contínuo do custo de vida, com a redução do poder de compra dos salários em contraste com os escandalosos lucros dos grupos económicos e financeiros. Aumenta o fosso entre ricos e pobres traduzindo-se numa crescente injustiça social; os 20% mais ricos têm rendimentos 8,2 vezes superiores aos 20% mais pobres. A crescente pobreza laboral é hoje uma realidade que tem de ser alterada. -----

----- O ataque permanente aos trabalhadores quer sejam do sector público ou do sector privado continua. O ataque aos contratos colectivos de trabalho e aos direitos neles consagrados, o desemprego, a precariedade crescente nas relações laborais e a política de destruição dos serviços públicos e das funções sociais do estado na Saúde, Segurança Social e no Ensino, são, entre outras, responsáveis pela degradação das condições de vida e de trabalho das e dos trabalhadores, aprofundando assustadoramente as desigualdades e injustiças sociais. -----

----- As medidas que estão em desenvolvimento tentando implementar a flexigurança, iriam representar o mais brutal ataque à estabilidade do emprego já que têm como objectivo a liberalização do despedimento sem justa causa, (em oposição à proibição consagrada na Constituição da República Portuguesa), a precariedade, a desregulação dos horários de trabalho, a polivalência de funções, e a redução dos salários, a troca de uma falsa promessa de protecção social. -----

----- Perante a dimensão e profundidade destas políticas lesivas dos direitos das e dos trabalhadores de todos os sectores de actividade, tornou-se imprescindível o desenvolvimento de uma forma de luta que, dando continuidade à grande mobilização dos trabalhadores – expressa designadamente na Manifestação de 2 de Março, – constitua um fortíssimo sinal ao patronato e à essência das políticas do Governo, exigindo-lhes um novo rumo. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 15 de Maio de 2007, decida: -----

----- 1. Solidarizar-se com a luta das e dos trabalhadores que reclamam um novo rumo, pela dignidade de quem trabalha, contra a precariedade, a flexigurança, o desemprego e as desigualdades, na Greve Geral convocada pela CGTP-IN para o próximo dia 30 de Maio; -----

----- 2. Enviar esta moção aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Grupos Parlamentares, Governo, Centrais Sindicais CGTP-IN e UGT e ao Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- Pela legalidade nos processos urbanísticos com os clubes de futebol -----

----- “1 – Sabendo-se dos recentes processos entre o Município de Lisboa e o Benfica na construção do Novo Estádio da Luz, envolvendo a EPUL, com



contornos ainda não conhecidos na totalidade quanto aos pagamentos efectuados ao Benfica, apesar dos pedidos da Assembleia Municipal nesse sentido. -----

----- 2 – Conhecendo-se os adiantamentos em dinheiro da EPUL ao Benfica, baseado em lucros futuros, no caso dos terrenos do Vale de Stº. António, cuja acção foi recentemente severamente criticada pela Inspeção-Geral das Finanças (IGF). --

----- 3 – Considerando que para a Quinta José Pinto, o Sporting terá recebido da EPUL adiantamentos por lucros futuros. -----

----- 4 – Sabendo-se que o Sporting pretende isenção das cedências impostas por Lei em espaços verdes e equipamentos no caso do Loteamento que pretende aprovar nos terrenos do antigo estádio. -----

----- 5 – Tendo vindo a público que a Câmara Municipal de Lisboa cedeu ao Benfica e ao Sporting cerca de 20 milhões de Euros em adiantamentos de lucros urbanísticos. -----

----- 6 – Considerando os clubes de futebol de Lisboa como entidades de enorme importância social e cultural para a Cidade de Lisboa mas, como qualquer entidade, com direitos e deveres. -----

----- 7 – Considerando que o Executivo Municipal, por unanimidade, adiou a aprovação do loteamento para os terrenos do antigo estádio de Alvalade, por forma a que o Sporting respeitasse os compromissos urbanísticos associados ao empreendimento. -----

----- 8 – Considerando ao mesmo tempo a qualidade urbanística e a qualidade do espaço público da Cidade de Lisboa direitos incontestáveis dos cidadãos de Lisboa. Tendo em conta que, em nenhuma situação, estes direitos podem ser desvalorizados e sabendo-se que “fazer Cidade” implica o respeito pelas regras urbanísticas, incluindo a construção de espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva, designadamente nos projectos urbanísticos que envolveram ou envolvem os novos estádios do Sporting e do Benfica. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida na sua Sessão Extraordinária em 15 de Maio de 2007, delibere: -----

----- 1. A defesa do cumprimento integral das regras e dos índices urbanísticos em toda a área da Cidade de Lisboa; -----

----- 2. Não isentar nenhuma instituição ou empresa do cumprimento dos seus deveres para com a qualidade do espaço público da Cidade de Lisboa e para com a qualidade de vida dos Lisboetas.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- Queda do Executivo da Câmara Municipal de Lisboa -----

----- “1. Considerando que a posição de todos os partidos políticos representados na AML que em unísono reclamaram desde há uma semana a convocação de eleições intercalares para o executivo da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- 2. Considerando a crise política, financeira, moral ética que atravessava a CML e que tinha levado o Bloco de Esquerda há mais de 3 meses a reclamar estas eleições intercalares; -----

----- 3. Considerando a lamentável posição do ex-Presidente da Câmara Municipal, Prof. Carmona Rodrigues, que mesmo depois das posições políticas públicas de todos os partidos representados na AML e na CML de eleições intercalares em tudo tentou adiar sucessivamente a queda do executivo mesmo depois de todos os candidatos de todas as listas concorrentes à CML terem entregue as suas renúncias incluindo a esmagadora maioria dos candidatos do PSD; -----

----- 4. Considerando que a queda do executivo da CML na realidade significa a falência do projecto político apresentado pelo PSD ao Município pois não existe um programa político apresentado pelo PSD ao Município de Lisboa para a Câmara e outro para a Assembleia mas um único programa político para os dois órgãos do Município; --

----- 5. Considerando que o próprio PSD no projecto de Lei que tem apresentado na Assembleia da República para revisão da Lei das autarquias considera que a queda do Executivo Camarário significara automaticamente a queda da Assembleia Municipal; ---

----- 6. Considerando a posição do PSD de não permitir a realização simultânea de eleições para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião Extraordinária de 15 de Maio de 2007, delibere: -----

----- 1 – Encarar a queda do executivo da Câmara Municipal de Lisboa e a convocação de eleições intercalares para o mesmo órgão municipal como um acto positivo para resolver a crise que atravessa a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- 2 – Lamentar que o ex-Presidente da CML, em todo o processo tenha demonstrado um apego ao poder revelador de uma falta de ética política resistindo até a aceitar, até à última das horas, a renúncia dos vereadores e candidatos a vereadores, e ainda pretenda aparecer como um independente dos partidos como se não tivesse concorrido por um partido e não tivesse sido ministro de um partido no Governo, e só perante, a completa evidência, de toda a gente, de todos os quadrantes políticos, que não mais tinha espaço para governar a cidade se pretenda transformar em vítima, do próprio caos político em que colocou a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- 3 – Lamentar que o PSD tenha recusado a realização simultânea de eleições para a Câmara Municipal de Lisboa e para a Assembleia Municipal de Lisboa, contrariando a sua própria visão no projecto de Lei que têm presente na Assembleia da República, e recusando maior clareza no processo eleitoral, e maior clarificação política da vontade dos cidadãos nestes dois anos de governação do PSD no Município de Lisboa nos seus dois órgãos autárquicos: CML e AML. -----

----- 4 – Desejar que a próxima campanha eleitoral para a Câmara Municipal de Lisboa decorra com elevado debate político onde se discutam com seriedade os projectos políticos que de vez ponham cobro à gravíssima crise que atravessa a Câmara Municipal de Lisboa provocada pela governação do PSD e pelo seu presidente Prof. Carmona Rodrigues.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- “Considerando que foram marcadas eleições para a Câmara Municipal de Lisboa; -  
----- Considerando que, pese embora a independência do órgão Assembleia Municipal,  
a maioria de suporte político à actividade da Câmara passa inexoradamente pela  
composição da Assembleia Municipal; -----

----- Considerando que, nesses termos, dissolvida a Câmara Municipal, é de toda a  
conveniência devolver a palavra aos lisboetas também para a Assembleia Municipal; ---

----- Considerando, enfim, que os deputados municipais, em nome do interesse dos  
municípios e da cidade, devem dar um sinal de desprendimento dos seus cargos,  
permitindo, assim, que os lisboetas escolham coerentemente uma solução institucional  
para Lisboa, dotada de condições de governabilidade. -----

----- Os Deputados Municipais abaixo assinados apelam à criação de condições para a  
realização de eleições para a Assembleia Municipal de Lisboa”. -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM** -----

----- Incineradora do Hospital Júlio de Matos -----

----- “A qualidade do ar nas cidades deve cada vez mais ser um factor relevante a ter em  
conta e, principalmente, ser assegurada pelas entidades competentes, como sejam  
primeiramente as Câmaras Municipais, a Inspeção Geral do Ambiente e Ordenamento  
do Território (IGAOT) ou a Direcção Geral de Saúde (DGS). -----

----- A incineradora de resíduos hospitalares localizada no Parque de Saúde de Lisboa -  
Hospital Júlio de Matos - é actualmente a única existente no país, encontrando-se a  
proceder ao tratamento de cerca de 6.000 toneladas de resíduos por dia, os quais  
pertencem ao Grupo IV - Resíduos hospitalares específicos, os quais exigem  
incineração obrigatória. -----

----- Neste grupo de resíduos encontram-se os resíduos perigosos, os quais, segundo  
definição legal (DL n.º 239/97) representam “todo o resíduo que apresente  
características de perigosidade para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os  
definidos em portaria dos Ministros da Economia, da Saúde, da Agricultura, do  
Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente, em conformidade com a Lista de  
Resíduos Perigosos, aprovada por decisão do Conselho da União Europeia”. -----

----- Apesar de em Novembro de 2003 a incineradora ter sofrido obras de  
requalificação, a 22 de Junho de 2006 ocorreu uma explosão numa das suas caldeiras. A  
sua actividade foi mesmo suspensa nesse mês de Junho e de novo em Novembro, tendo  
os seus resíduos hospitalares sido temporariamente exportados para países como a  
Alemanha e a Espanha. No final do passado mês de Março, a incineradora voltou a  
apresentar emissões de dioxinas e furanos 30 vezes acima do limite admissível. -----

----- Considerando que o elevado nível de emissões resultou numa “situação de perigo  
grave para a saúde e ambiente”, a IGAOT ordenou de novo o encerramento da  
incineradora de resíduos hospitalares por alguns dias, tendo determinado a suspensão do  
funcionamento até ser garantido o cumprimento dos valores legalmente estabelecidos.  
Recorda-se que esta incineradora já antes tinha sido alvo de um processo semelhante,

por não comunicar às autoridades a ultrapassagem excepcional dos valores limite de emissões. -----

----- Presentemente, e após nova reparação nos seus filtros, a incineradora encontra-se de novo a funcionar, tendo os testes realizados já no início de Abril revelado emissões 14 vezes abaixo dos limites legais. Todavia, preocupante é o facto de a incineradora se manter em actividade com uma licença provisória atribuída pela Inspeção Geral de Saúde, sendo que o seu licenciamento definitivo só será concedido depois de verificado se estão a ser cumpridas as condicionantes impostas na declaração de impacte ambiental. -----

----- Ora, considerando que a CML já terá expresso a sua preocupação acerca da presente localização deste equipamento, por considerar que se encontrava demasiado próximo de zonas residenciais e por apresentar impactos ao nível da qualidade do ar e do ruído; -----

----- Considerando que se encontra sanitariamente provado que a exposição a longo prazo a emissões de dioxinas e furanos podem acarretar graves riscos para a saúde humana, nomeadamente de certas formas de doenças tumorais e alterações hormonais que podem provocar alterações fisiológicas, sobretudo em crianças e grávidas; -----

----- Tendo em conta que para estas situações, “assumidas” várias vezes como pontuais, não existe a comprovação que não possam voltar a pôr em risco os residentes nas Freguesias limítrofes. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Exija junto das entidades competentes uma melhor fiscalização e monitorização permanentes do funcionamento da Incineradora sita no Hospital Júlio de Matos, assim como dos níveis de emissões de poluentes que esta realiza durante a sua actividade, bem como estudos de ruídos e seus impactes, de modo a proteger as populações residentes e circundantes a esta; -----

----- 2. Solicite a instalação de uma Estação de Monitorização da Qualidade do Ar em contínuo, articulada com a rede já existente; -----

----- 3. Divulgue posteriormente os relatórios periódicos de monitorização da referida incineradora, designadamente publicitando os seus resultados nos painéis electrónicos informativos e na página *web* do município; -----

----- 4. Diligencie e exija junto das instâncias competentes a descentralização a curto/médio prazo da incineradora para uma zona não residencial, no sentido de proteger as populações, a qualidade de vida destas e consequentemente a qualidade do ar.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreira Antunes, do PEV) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “A Escola n.º 205 do 1º Ciclo do Ensino Básico de Benfica não possui as condições mínimas que permitam assegurar um normal e desejável bom

funcionamento das actividades escolares, como foi já inclusive reconhecido pelo Ministério da Educação. -----

----- Considerando que se tem apontado para uma solução que engloba a medida provisória de se colocar contentores numa outra Escola – a n.º 52 – para os alunos da referida Escola n.º 205, solução que para os encarregados de educação é de evitar a todo o custo porque apenas viria adiar o problema sem o resolver; -----

----- Considerando que se vem alertando para a necessidade de construção de uma nova escola desde há cerca de 15 anos, existindo um espaço definido para tal há cerca de 10 anos e um projecto há aproximadamente 7 anos; -----

----- Considerando que esta é uma situação que, para além de preocupar pais e professores, afecta a segurança das próprias crianças, o que já levou a FERLAP a fazer uma exposição sobre o problema na reunião da CML de 10 de Janeiro de 2007; -

----- Considerando que existe um protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Educação no âmbito da construção de equipamentos escolares; -----

----- Considerando que se encontra inscrita uma verba específica na rubrica de ‘Construção de equipamento escolar’ do “Plano Anual de Actividades para 2007”, com a finalidade de se proceder à construção da Escola e Jardim-de-Infância n.º 205 de Benfica. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes” recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- - Tenha em devida consideração os apelos da comunidade educativa sobre o bem-estar e a segurança dos alunos, quer da Escola e Jardim-de-infância n.º 205 de Benfica, quer da n.º 52, dialogando e dando resposta às justas pretensões de professores e pais; -----

----- - Assuma o compromisso de concretizar a construção da projectada nova escola que substitua a actual n.º 205, ainda durante o corrente ano.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV) -----

### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa tem no passado, isentado de taxas de publicidade e ocupação de espaço público vários eventos considerados de interesse; -----

----- Considerando que a Vereadora Helena Lopes da Costa em 2003, publicamente prometeu aos comerciantes do Bairro da Liberdade na Rua Inácio Paradelhas Sanches, a isenção total de todas as taxas Municipais de Publicidade e Ocupação de Espaço Público; -----

----- Considerando que a Vereadora Ana Sofia Bettencourt, veio a reafirmar publicamente essa promessa de isenção, em 7 de Junho de 2005; -----

----- Considerando que ambas as Vereadoras, sem dúvida, por falta de oportunidade, não submeteram as necessárias propostas de isenção a esta Assembleia Municipal; ----

----- Considerando que estes comerciantes devido ao realojamento de mais de 500 famílias, fora do Bairro da Liberdade, desde o ano de 2002 até hoje, perderam a maioria da sua clientela e encontram-se numa situação económica muito precária; -----

----- Considerando que foi a Câmara Municipal de Lisboa, por intermédio da sua Vereadora Helena Lopes da Costa que procedeu a esses realojamentos, ditos temporários, cuja duração não excederia um máximo de oito meses; -----

----- Considerando que esses realojamentos “temporários” já duram desde 2002; -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. A Câmara Municipal de Lisboa cumpra as promessas públicas das suas Vereadoras e isente estes comerciantes das referidas Taxas Municipais para os anos 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. -----

----- 2. Que esta isenção se mantenha até as famílias desalojadas do Bairro a este regressem.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Jorge Teixeira dos Santos, do PSD) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO**

----- Protocolo com a Associação Lisboa Verde -----

----- “Na reunião da Câmara Municipal de Fevereiro de 2004 foi aprovada por unanimidade, a Proposta nº 78/2004, na qual foi acordada a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Lisboa e a Associação para a Defesa dos Espaços Verdes (“Lisboa Verde”). Segundo a própria Associação, apesar de o referido protocolo continuar por assinar passados três anos, ele não terá perdido a relevância dos seus pressupostos. -----

----- Considerando que continua actual a necessidade de uma campanha de sensibilização ligada ao ambiente e à valorização das zonas verdes da cidade de Lisboa, tal como foi definida sob a designação “Vamos plantar uma árvore” no âmbito do Protocolo, com a principal finalidade de sensibilizar os munícipes para a necessidade de valorização e conservação das manchas verdes da cidade, nomeadamente através do incentivo à sua participação activa na identificação dos locais e no acompanhamento da intervenção; -----

----- Considerando que o valor global considerado desejável para a estrutura verde urbana é de 40 m<sup>2</sup>/habitante e que os espaços verdes urbanos assumem uma crescente importância no desenvolvimento das cidades, enquanto contínuo vivificador de todo o tecido urbano e de ligação ao espaço rural envolvente, assumindo diversas formas e funções, como espaço de lazer e recreio, enquadramento dos edifícios, controle do microclima, absorção de dióxido de carbono e aumento do teor em oxigénio, separação física do trânsito automóvel, da circulação de peões e, entre outras, também funções culturais; -----

----- Considerando que a Comissão Permanente para o Acompanhamento do Plano Director Municipal desta Assembleia deliberou conceder, por unanimidade, parecer favorável à implementação do Plano Verde para a cidade de Lisboa; -----

----- Considerando, finalmente, que envolver os cidadãos na participação activa de criação dos espaços verdes é contribuir para assegurar a sua manutenção e dinamização, ao mesmo tempo que estimula a cidadania. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- - Recuperar o espírito, o âmbito e os princípios da Proposta da CML nº 78/2004; --

----- - Concretizar a assinatura do Protocolo entre o Município de Lisboa e a Associação para a Defesa dos Espaços Verdes (“Lisboa Verde”).” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV) -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Cidade de Lisboa encontra-se, hoje, perante uma situação de falta de *quorum* da Câmara Municipal de Lisboa, com a conseqüente realização de eleições intercalares para o executivo municipal. -----

----- Não é, naturalmente, uma situação que fosse desejada pelo PSD, considerando o mandato maioritário que recebemos dos lisboetas em Outubro de 2005 para gerir a cidade, com base num programa eleitoral maioritariamente sufragado, e no quadro da repartição de mandatos definida pelo eleitorado. -----

----- Por essa razão, procurámos sempre reunir as condições para que a CML se mantivesse em funções. -----

----- Porque tínhamos um mandato maioritário do eleitorado. -----

----- Porque tínhamos um programa para cumprir. -----

----- Porque sempre respeitámos os resultados eleitorais. -----

----- Em suma, porque somos responsáveis perante aqueles que nos elegeram e perante o nosso programa. -----

----- Foi com este sentido de responsabilidade que, durante este ano e meio de mandato, o PSD foi muito claro quanto aos princípios que entendia sobrelevarem em matéria de mandatos autárquicos. -----

----- Foi em obediência a esses princípios que tivemos de tomar decisões difíceis, que envolveram eleitos locais, mas que tiveram por único objectivo contribuir para credibilizar a política, os políticos e os partidos, que constituem um núcleo fundamental da democracia representativa em Portugal. -----

----- Foi em obediência a esses princípios que, na actual situação, os Vereadores do PSD apresentaram a sua demissão. -----

----- Esta foi uma decisão de coragem e de transparência, que o PSD tomou por respeito para com os lisboetas. -----

----- Coragem, porque aceitámos colocar em causa a nossa maioria na CML e o mandato, democrático, que tínhamos para governar Lisboa até 2009, num momento difícil de um mandato que nem chegou a meio. -----

----- Transparência, porque devolvemos aos lisboetas a decisão sobre a futura gestão política da cidade. -----

----- Esta decisão é uma de decisão de afirmação de que, em política, não vale tudo. ---  
----- Com esta decisão, o PSD demonstra, de forma clara, que não troca princípios por interesses. -----  
----- Ao agir assim, o PSD devolveu aos eleitores a capacidade para decidirem dos destinos da sua cidade, colocando em causa o exercício do poder que nos cabia, democraticamente, até 2009. -----  
----- Pelos exemplos a que temos assistido, agora e no passado, em autarquias lideradas pelos partidos da oposição, decisões destas não constituem, infelizmente, uma prática enraizada na nossa democracia. -----  
----- Vai caber, assim, de novo aos lisboetas decidirem sobre quem querem que presida à CML, decisão essa que deve ser ponderada e baseada na competência, trabalho e credibilidade de todos os candidatos. -----  
----- Nesse sentido, o que podem os partidos da oposição oferecer aos lisboetas? -----  
----- O PS apresentou, em 2005, um candidato à CML que não cumpriu o seu mandato até ao fim, escondendo dos lisboetas que já tinha premeditado esse abandono com oito meses de antecedência, em conjunto com as estruturas locais do partido. -----  
----- Esse candidato do PS, enquanto esteve em funções, poucas vezes esteve presente nas reuniões camarárias. -----  
----- Para além disso, o PS deu uma imagem pública de desavenças permanentes entre os seus vereadores, com sede de protagonismo e mediatismo, com episódios caricatos e picarescos, envolvendo acusações mútuas, quebras de confiança política, gabinetes vedados e trocados e computadores retirados. -----  
----- Mas, mais do que isso, o PS nunca apresentou qualquer estratégia, programa ou ideia alternativa a favor de Lisboa neste mandato, preferindo o ataque fácil e pessoal ao PSD, quase sempre a reboque do BE. -----  
----- E, tão grave quanto isto, o PS, no Governo, vem utilizando uma estratégia de estrangulamento financeiro da CML, de que são testemunho mais evidente a Lei das Finanças Locais, que muito penaliza Lisboa, o Orçamento de Estado para 2007, eivado de erros grosseiros e de incorrecções que prejudicam os financiamentos a Lisboa em milhares de euros, ou o persistente incumprimento da regulamentação das verbas do novo casino de Lisboa, que impedem o financiamento de importantes projectos na cidade, como sejam a recuperação do Pavilhão Carlos Lopes e a reabilitação do Parque Mayer. -----  
----- Este estrangulamento financeiro envolve, para Lisboa, perdas na ordem dos 100 milhões de euros. -----  
----- Nunca o PS, nesta Assembleia, ergueu a sua voz para exigir para Lisboa aquilo a que Lisboa tem direito. -----  
----- Finalmente, o PS apresenta agora como candidato um Ministro do actual Governo, que tem a tutela das Autarquias Locais, de quem nunca se ouviu uma palavra em defesa de Lisboa face a esta estratégia do Governo que integra, em lugar de destaque, bem pelo contrário. -----



----- Vale a pena lembrar que a política autárquica deste Governo é da competência exclusiva do actual candidato do PS, e sabemos bem como essa política tem sido bastante negativa para Lisboa. -----

----- Este é o PS que se apresenta aos lisboetas. -----

----- Já o PCP passou despercebido neste período de mandato, mais preocupado em competir com o BE pela fixação de eleitorado, não se notando por qualquer iniciativa ou proposta de relevo para o futuro da cidade. -----

----- O BE, sedento de ganhar espaço eleitoral e refém da vontade de mediatismo do seu Vereador, adoptou uma postura de guerrilha permanente contra a CML, utilizando um discurso, que multiplicou à exaustão, de suspeição permanente sobre tudo e sobre todos, com o único objectivo de fazer primeiras páginas de jornais e ganhar espaço político. -----

----- Não foi sério e deve ser denunciado. -----

----- Apeetece citar um artigo de opinião, que saiu ontem no Diário de Notícias, que diz o seguinte: “José Sá Fernandes. Pois quanto a mim, este só tem uma luz ao fundo do túnel: um grande desastre no dito. Senão ele tem contas (juros de mora) a prestar-nos”. -----

----- O BE é uma força política e é no espaço político que deve intervir, e é nele que deve fiscalizar. -----

----- É preciso que alguém explique ao BE que não é uma entidade de investigação fora do Estado de Direito, e muito menos se pode querer substituir a essas entidades na condenação mediática de quem gere a coisa pública. -----

----- O PP adoptou uma atitude errante e errática neste mandato, começando por recusar delegações de competências no Presidente, aceitando depois pelouros, mediatizando ao máximo o projecto da Baixa-Chiado, para quebrar a confiança política com a maioria que integrava, o que lhe permitiu não ter de desenvolver aquele projecto, esse sim verdadeiro momento de afirmação da capacidade de realização, já que é um projecto de muito difícil concretização e de financiamento muito duvidoso. -----

----- Esta é a oposição que existe em Lisboa. É esta a oposição que se apresenta perante os eleitores. -----

----- Por sua vez, no actual mandato, o PSD assumiu, desde a 1ª hora, a dificuldade que existia no governo da cidade, fruto da distribuição de mandatos determinada pelos votos dos lisboetas. -----

----- Tentou, por isso, alargar a sua maioria, o que conseguiu durante um período, mas tentou, sobretudo, aplicar o seu programa de forma a que fosse possível agregar outros partidos às suas propostas, em vez de os excluir. -----

----- E tanto assim foi que, neste mandato, mais de 70% das propostas apresentadas pelo PSD na CML foram aprovadas com votos dos partidos da oposição. -----

----- Durante este mandato, que não se completou, em que a CML viveu uma situação financeira reconhecidamente difícil, fruto do estrangulamento financeiro do Governo e de compromissos assumidos nos mandatos PS/PCP que agora se fazem sentir, em que sobrevieram circunstâncias políticas de grande sensibilidade, e em que a oposição

maioritária adoptou uma postura de bloqueio, o PSD pode dar-se por satisfeito com o trabalho realizado pelos seus autarcas e pela forma como o fizeram. -----

----- É sempre possível fazer mais e melhor. Ter-se-ão cometido alguns erros, o maior dos quais, já aqui o assumimos, foi não sermos capazes de transmitir, devidamente, o trabalho dos nossos autarcas. -----

----- Por isso, e para memória futura, impõe-se evidenciar um conjunto de medidas e acções que afirmam o programa, a estratégia e o rumo que o PSD tinha para Lisboa: --

----- Na área da mobilidade, Lisboa tem sofrido com a inacção do Governo em criar a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa. Ainda assim, a CML aprovou medidas de melhoria deste sector, destacando-se a título exemplificativo: -----

----- - Novos regulamentos de estacionamento -----

----- - Colocação de radares -----

----- - Alargamento de estacionamento, introduzindo 5.000 lugares para estacionamento, bolsas só para residentes e cartão para os pequenos comerciantes. ----

----- Nas áreas sociais, importantes numa cidade como Lisboa onde persistem, ainda, situações de necessidade e carência da sua população, evidenciam-se, como exemplo: -

----- - Aprovação da rede social -----

----- - Aprovação da estratégia de intervenção para as dependências -----

----- - Projecto de inovação para o empreendedorismo social -----

----- - Consolidação do competente apoio à família -----

----- - Abertura das escolas em horários compatíveis com o complemento de apoio à família. -----

----- Na área do urbanismo, queremos lembrar, entre outras: -----

----- - Início da revisão do PDM -----

----- - Aprovação de diversos instrumentos de planeamento e ordenamento do território -----

----- - Planos de reabilitação integrada dos Bairros da Liberdade, Boavista e Padre Cruz -----

----- Nas áreas do ambiente e do espaço público foi feito um esforço assinalável, no sentido de tornar Lisboa mais amiga de quem a vive, sendo de assinalar, sem ser exaustivo: -----

----- - Inauguração de novos espaços verdes na cidade -----

----- - Instalação dos jardins digitais -----

----- - Apresentação da estratégia para o espaço público -----

----- - Início de obras de melhoria da ETAR de Alcântara -----

----- - Apresentação da Matriz da Água e elaboração da Matriz dos Materiais -----

----- - Aumento de percentagem de cobertura da cidade na recolha selectiva porta a porta e aumento de recolha de materiais recicláveis -----

----- Na área da juventude, que importa cativar para a cidade, foram dados passos significativos, por exemplo com: -----

----- - Instalação de uma República Universitária em S. Bento -----

----- - Início da construção de uma residência universitária, reactivação do Conselho Municipal da Juventude -----

----- - Aprovação da Estratégia Municipal para as Políticas de Juventude -----  
----- Na área do desporto, referência especial para: -----  
----- - Apresentação de Plano de Equipamentos Desportivos para a Cidade, que passou  
a incluir 80 equipamentos -----  
----- - Conclusão da Pista de Atletismo Moniz Pereira -----  
----- Na área da cultura, que foi dinamizada, evidencia-se: -----  
----- - Início do processo de instalação da Colecção Capelo no Museu do Design e da  
Moda -----  
----- - Criação de rede de bibliotecas -----  
----- - Abertura das Bibliotecas Maria Keil e São Lázaro -----  
----- - Reabertura do Teatro Maria Matos e S. Jorge -----  
----- Na área financeira, que sofre com o estrangulamento financeiro do Governo e  
com os compromissos assumidos na gestão PS e PCP e cujas consequências agora se  
fazem sentir, foi diminuída, e reconhecida totalmente, a dívida da Câmara e reduzidas  
as despesas de funcionamento. -----  
----- Na área dos recursos humanos, e pela dimensão humana e social que implica, não  
pode passar em claro a regularização da situação dos trabalhadores precários da CML.  
----- Na área da internacionalização da cidade, onde se obtiveram excelentes  
resultados, evidencia-se, como exemplo: -----  
----- - Aumento em 10% dos turistas que visitam Lisboa -----  
----- - Organização de grandes eventos de dimensão e repercussão internacional -----  
----- Com a perda de *quorum* da CML, a estabilidade dos órgãos municipais fica  
assegurada nesta Assembleia Municipal e nas 53 Juntas de Freguesia. -----  
----- O PSD reforça que não há razões, de legitimidade, de legalidade ou políticas que  
justifiquem colocar em causa os mandatos desta Assembleia e dos Executivos de  
Freguesia, eleitos em actos distintos, com legitimidade própria inatacável, e cuja  
normalidade de funcionamento democrático se encontra claramente assegurada. -----  
----- Aliás, a oposição exige ao PSD aquilo que não fez na CML. Na verdade, e  
embora colocassem em causa a legitimidade do Executivo, os seus Vereadores só se  
demitiram depois de os Vereadores do PSD terem declarado que o iriam fazer. -----  
----- As moções que hoje foram apresentadas por PS, BE e PP são de total  
irresponsabilidade, porque induzem instabilidade acrescida na cidade. -----  
----- São completamente extemporâneas porque já se encontra marcada a data das  
eleições intercalares. -----  
----- São inoportunas porque teriam como consequência o atrasar do processo  
eleitoral, o que penalizaria a cidade. -----  
----- São cegas porque iriam fazer cair as Juntas de Freguesia, eleitas em Outubro de  
2005 com a mesma e plena legitimidade democrática desta Assembleia Municipal.  
Esta decisão iria afectar o dia-a-dia de todos aqueles que vivem nas freguesias,  
paralisar os seus processos e as intervenções que as Juntas têm programadas fazer no  
corrente ano. E constituiria um atestado de menoridade e subalternização dos  
Presidentes de Junta que o PSD não subscreve em nenhuma circunstância. -----

----- São politicamente desonestas porque no mandato anterior, em que o PSD governou a CML sem maioria na AML, nunca estes partidos, que então eram maioritários, colocaram a questão da demissão dos seus Deputados Municipais para ver se, com novas eleições fora do tempo, o quadro eleitoral se alterava. -----

----- Não são democráticas, porque não aceitam a vontade dos eleitores, legítima, democrática e oportunamente manifestada nas urnas. -----

----- Por isso deixo aqui um apelo. Que os partidos da oposição respeitem a distribuição de mandatos que resultar das eleições intercalares. -----

----- Pelo que, obviamente, votaremos contra. -----

----- No período de mandato já decorrido, o PSD esteve sempre na 1ª linha de defesa da CML, do Presidente e dos Vereadores, assumindo sempre o combate político a favor do seu programa e de Lisboa. -----

----- Neste período de mandato o PSD exerceu, nesta Assembleia Municipal, o seu papel de suporte inabalável do Executivo municipal, aprovando as suas propostas e defendendo as suas razões, mas com grande exigência de fundamentação e de transparência. -----

----- Demonstrou, assim, o PSD ser possível compatibilizar, em democracia, apoio político e exigência consigo próprio, no quadro das funções fiscalizadoras da Assembleia Municipal. -----

----- Exigência, aliás, que a própria oposição chegou a reconhecer. -----

----- Nesta Assembleia Municipal, o PSD congratula-se com o trabalho desenvolvido pelos seus autarcas no Executivo municipal, trabalho esse caracterizado pelo empenho, competência e transparência. -----

----- Nesta Assembleia Municipal, o PSD continuará a ter presente os seus princípios e a defender a exigência e a transparência na gestão da coisa pública. -----

----- Nesta Assembleia Municipal, o PSD continuará a determinar a sua actuação de acordo com os interesses de Lisboa, que queremos seja uma cidade sustentada, com qualidade de vida para os lisboetas, seja no espaço público, seja na mobilidade, seja na segurança, seja nos espaços verdes, seja no urbanismo. -----

----- Nesta Assembleia Municipal, o PSD trabalhará sempre a favor da cidade.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, depois de agradecer ao Deputado Municipal Saldanha Serra a concentração do seu ataque no BE, disse que havia uma coisa que não conseguiam entender, e era essa a razão do seu pedido de esclarecimento. “É que se fizeram tudo isso, se corraera tudo tão bem, se foi tudo tão lindo, por que foi que o líder do seu partido disse que os senhores se deviam demitir?” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que estavam hoje confrontados com um dos momentos mais difíceis da Cidade de Lisboa. Se bem se lembrava, em mais de trinta anos de democracia, este era um momento único. Caíra o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa e iam verificar-se, pela primeira vez, eleições intercalares. Caíra por implosão do próprio PSD! Há dois meses atrás, quando o PS, e outras forças da oposição também, ali solicitaram ao PSD que se demitisse para que o povo de Lisboa se pudesse pronunciar, foram apelidados

de irresponsáveis, mas há dez dias atrás, o Dr. Marques Mendes, Presidente do PSD, dizia que era necessária uma clarificação e dava uma orientação aos Vereadores do seu partido para se demitirem. Pelos vistos, não eram assim tão irresponsáveis como fizeram crer que eles eram. -----

----- Mas por que era que o PSD o fez? Por que foi que isto acontecera? -----

----- Acontecera porque o PSD, e em particular o seu líder, Dr. Marques Mendes, desbaratara uma maioria que governava a Cidade de Lisboa, uma maioria composta pelo PSD e pelo CDS-PP, e desbarataram-na por más razões, por interferências directas da liderança do PSD nos problemas concretos da Câmara Municipal, por questiúnculas políticas, desbarataram a credibilidade da própria imagem do Município de Lisboa e permitiram que a cidade e o seu Município caíssem na mais grave crise financeira de sempre, porque estavam agora confrontados com uma situação onde porventura as receitas correntes já não davam para fazer face às despesas correntes.----

----- E de quem era a responsabilidade? -----

----- Em primeiro lugar, do PSD, do Dr. Marques Mendes e, naturalmente, da Sra. Presidente da Assembleia Municipal na sua qualidade de líder da Distrital do PSD. E tinham responsabilidade porque não souberam preservar uma maioria que tinham, porque não souberam interpretar os sinais que estavam presentes, porque não souberam ser solidários com o Presidente da Câmara de quem agora, se calhar, teriam a ousadia de começar a dizer mal. Esperava bem que não! -----

----- Aliás, foi o próprio Presidente da Câmara que disse, no seu discurso quando anunciara que afinal era capaz de não sair da Câmara, que nem sempre teve a solidariedade do próprio PSD. Recordou que quando ele próprio dizia isso na Assembleia Municipal, o PSD assobiava e pateava, mas agora foi o próprio Prof. Carmona Rodrigues que assim o reconheceria. -----

----- Continuando, disse que pedia agora o Dr. Marques Mendes clarificação para a Cidade de Lisboa, e naturalmente pedia bem, embora tardiamente! Porque se o tivesse feito há dois meses atrás evitar-se-iam, se calhar, outros problemas e que as questões se tivessem continuado a avolumar. -----

----- Pedia essa clarificação, mas era importante que fizessem ali um raciocínio sério nessa base, um raciocínio do ponto de vista político e da ética política. Não estava em causa o normal funcionamento da Assembleia Municipal, não estava em causa a sua legitimidade jurídica, não estava em causa nada disso! A Assembleia Municipal de Lisboa, todos o sabiam, era um órgão independente com legitimidade própria e com eleição própria. O que estava em causa era uma situação política extraordinária, criada pelo PSD. Isso é que estava em causa! O que estava em causa era uma grave situação financeira, o que estava em causa era a perda total da credibilidade dos seus dirigentes municipais. -----

----- E que não lhe viessem falar nas eleições nem nos programas, porque ninguém viu o PS pedir eleições para as Juntas de Freguesia, essas sim candidatas com programas próprios. Mas ninguém conhecia o programa específico dos candidatos à Assembleia Municipal! Era sempre o programa político da candidatura! -----

----- Portanto, politicamente, havia, de facto, uma ligação umbilical entre a Assembleia Municipal e o Executivo Municipal. Mas, mais do que isso, o que estava aí em causa era salvar Lisboa. Em democracia não havia vitórias antecipadas, por isso não estava a dizer que o PS já ganhara as eleições, o que estava a dizer era que iria haver uma clarificação e que era justo que se desse oportunidade à Cidade de Lisboa para que quem fosse eleito tivesse a oportunidade de governar com as máximas condições possíveis de governabilidade. As máximas condições possíveis, aquelas que o PSD teve e que agora não queria dar a quem viesse a seguir. -----

----- Porque das duas uma: ou ganhava o PSD, e portanto confirmava-se essa credibilidade com o novo acto eleitoral para a Assembleia Municipal; ou ganhava um outro partido qualquer da oposição e para quem viesse a seguir, com as tarefas que tinha pela frente, que era recuperar a imagem da Câmara, a credibilidade e recomeçar a trabalhar para o saneamento financeiro da Autarquia, não era justo que tivesse ali um aguilhão, um ferrão de uma Assembleia Municipal que foi eleita para uma outra maioria e para um outro Presidente. -----

----- Portanto, não estavam perante uma situação normal em que porventura havia uma eleição intercalar por um facto normal, por uma situação decorrente. Estavam perante uma situação extraordinária e o PSD deveria compreender isso e deveria fazer o seu raciocínio e o seu juízo de valor, não na base dos seus princípios jurídicos ou legais, que ninguém contestava, mas na base das questões que se prendiam com a ética política. -----

----- Aliás, o próprio PSD, quando o seu líder dizia que a cidade precisava de uma clarificação, deveria levar essa clarificação até às últimas consequências permitindo também uma clarificação para a Assembleia Municipal porque, como Parlamento da Cidade que era, assim deveria ter sido feito. Ao não o fazer, o PSD queria, porventura, mesmo que não fosse subjectivamente mas objectivamente, viciar as regras do jogo para o futuro, queria, porventura, ter ali uma atitude de vingança se lhe fosse possível. Porque se o PSD já se comportara assim com o Prof. Carmona Rodrigues, em que nem sempre foram solidários, segundo disse ele, o que seria agora com uma outra maioria municipal! Aliás, até compreenderia que seria natural terem uma tendência para uma posição de permanente bloqueio, mas a cidade não podia estar sujeita a essa situação devido às graves condições em que o PSD a colocara. -----

----- Por isso dizia que do ponto de vista da ética política era muito importante que o PSD levasse as consequências da clarificação até ao fim, e permitisse que houvesse uma oportunidade para a Cidade de Lisboa. -----

----- Pediu ao Deputado Municipal Saldanha Serra que não se dissesse coisas que o PS nunca disse, porque nunca puseram em causa, nem estavam a pôr, a legitimidade dos Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- E não estavam sós nessa exigência. O Prof. Carmona Rodrigues já referira que, a haver eleições, teria que ser para tudo, mas o PS nem sequer ia tão longe. A verdade era que disse que deveria haver para a Câmara e para a Assembleia Municipal, e também no PSD, figuras que representavam importantes sectores, que tinham altas responsabilidades morais no partido e faziam parte da sua história, já vieram

pronunciar-se, publicamente, a favor de eleições intercalares para a Assembleia Municipal. Citava o Dr. António Capucho, Presidente da Câmara de Cascais, o Dr. Dias Loureiro e o Dr. Pacheco Pereira. Portanto, isso não era uma extravagância do PS, não era um desrespeito pela maioria que foi votada e pela legitimidade jurídica da Assembleia, mas sim a constatação política de que Lisboa estava num beco sem saída, no qual o PSD a colocara, e ao permitirem eleições permitiriam uma saída para a Cidade de Lisboa. Ao não o fazerem, naturalmente estavam a responsabilizar-se também com o futuro. -----

----- Seguidamente, disse que, em nome do PS, desejava dizer o seguinte, que era uma palavra de esperança para Lisboa: naturalmente que, em democracia, mesmo quando a queriam espartilhar, não havia becos sem saída. As eleições, a palavra ao povo, era sempre a saída para qualquer situação difícil, o PS tinha a esperança que Lisboa pudesse mudar a partir do dia 1 de Julho, tinham a esperança que o PS pudesse vencer as próximas eleições, estariam ali para assumir as suas responsabilidades se assim merecessem a maioria do eleitorado. Em democracia não havia vitórias antecipadas, mas tinham a grande convicção que era possível mudar e que era possível que o PS voltasse a ganhar as próximas eleições. E, se assim fosse, não seria para seguir uma política de facilidades, mas sim seguir uma política séria para resolver concretamente os problemas da Cidade de Lisboa. -----

----- A terminar, dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que, por acaso, o Dr. António Costa já foi Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Lisboa durante onze anos, portanto não era um estranho na Cidade de Lisboa, e se ele viesse a ser confirmado, daqui a umas horas, na Comissão Política, ficaria muito satisfeito. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estão convocadas eleições intercalares para a CML. -----

----- Concretiza-se, assim, uma saída para o arrastar da crise que se agudizou ao longo do tempo e para a qual, o PCP tem vindo a chamar a atenção e a intervir no sentido de apontar medidas para a sua resolução. -----

----- Sem razões para grandes exaltações, o que importa constatar é que este foi um tempo roubado à cidade, ao qual há, agora, que acrescentar mais uns meses de total incapacidade de intervenção. -----

----- E quem paga é a população de Lisboa, é a cidade e são os trabalhadores da Câmara. -----

----- Esta crise, foi antes de tudo, o produto de 6 anos de uma política de direita conduzida pelo PSD/CDS-PP. -----

----- Uma política de obsessiva e permanente dependência do interesse público face ao privado. -----

----- Uma política que se caracterizou por um enorme facilitismo e improvisado nas decisões que determinaram essa dependência. -----

----- Uma política que revelou uma enorme incapacidade, face à situação financeira, de definir prioridades ajustadas à realidade da Cidade e da População e de impedir o agravamento dessa mesma situação. -----

----- Uma política que, finalmente, minou e fragilizou a capacidade de intervenção colectiva dos próprios mandatários dessa política. -----

----- Naturalmente, o detonador desta crise foi, todos o sabemos, o processo BragaParques, que é bom aqui recordar, resultou de uma fundamentada queixa do PCP ao MP e à PJ e que, indiscutivelmente, veio dar sólido contributo para a solução que impediu uma, ainda, maior degradação da situação na Câmara. -----

----- E se é certo que vamos entrar em tempo de balanços, então convém não esquecer que esta questão BragaParques, designadamente a permuta que a concretizou, só o foi, porque contou na Câmara com o apoio do PS e na Assembleia com o do PS e do BE e onde só o PCP e os Verdes votaram contra. -----

----- Aliás, temos para nós, que muitas das mais perniciosas medidas assumidas pela Câmara, não o teriam sido se o PSD/CDS não tivesse contado com o apoio declarado e objectivo do PS, num alinhamento, que agora em tempo de eleições, terá de explicar. -----

----- Pela nossa parte, aquilo que fizemos e que a população conhece, permite-nos encarar o futuro com confiança. -----

----- Lutamos contra a política de direita que levou a Câmara à situação em que se encontra. -----

----- Lutamos contra a política de direita a que o governo do PS submete o País. -----

----- E estamos certos que a Greve Geral marcada para o próximo dia 30 não deixará de ser um marco bem revelador de que a grande maioria dos trabalhadores está também, empenhadamente, contra essa política. -----

----- Duas notas finais: -----

----- A 1ª relativa à Comissão Administrativa que se irá constituir e a quem, qualquer que seja a sua constituição, se exige total isenção e afastamento do processo eleitoral. -

----- A 2ª à necessidade de ter presente que durante os próximos quatro meses ou mais, a Cidade não pode parar e os trabalhadores da Câmara continuam em funções. --

----- Neste sentido, importa dar meios e apelar às Juntas de Freguesia, para que estas possam contribuir para a manutenção do espaço público em boas condições e também para a planificação e execução de tarefas inadiáveis, como sejam, entre outras, a preparação do novo ano escolar. -----

----- Importa, por outro lado, garantir o direito ao salário de todos os trabalhadores da Câmara. -----

----- Mesmo o daqueles que, por vicissitudes do desenvolvimento da actual situação, se encontrem face a dificuldades burocráticas e orçamentais que dificultam a sua realização. -----

----- Importa, finalmente, encetar os esforços possíveis para ir satisfazendo pagamentos de dívidas a pequenos e médios fornecedores, aqueles que menos capacidades têm de a elas sobreviver. -----



----- Em nosso entender – e apesar de tudo – foi dado um primeiro passo para a possível resolução da actual situação. -----

----- Um primeiro passo no caminho para a derrota da política de direita a que a Câmara esteve submetida e a que o País está submetido. -----

----- São os trabalhadores e o Povo que sofrem, no dia-a-dia, as consequências dessa política. -----

----- São os trabalhadores e o Povo que a podem derrotar. -----

----- Estamos confiantes que isso irá acontecer.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por lembrar que na última reunião da Assembleia Municipal, quando interviera, em nome do BE, e perante a crise que se agudizava dia-a-dia, hora-a-hora, alguns Deputados Municipais da bancada do PSD disseram o seguinte: – estava nas actas, era bom que se lembrassem – “já sabemos que o BE tem sempre uma solução para o assunto, eleições intercalares, já diz isso há vários meses”. -----

----- Agora dizia-lhes que seria bom que tivessem mais calma para a próxima, que aprendessem com a história, porque passados poucos dias foi o próprio líder do PSD que veio dizer que era a única solução. E ficava dito, para que ficasse registado, que quando há três meses o BE reivindicara eleições intercalares, como disse na última reunião e como disse a alguns dirigentes do PSD pessoalmente, poderia ter sido tudo bem melhor e mais simples para a Assembleia, para a Câmara Municipal e para as próprias pessoas que estavam nesse processo. Mas a Câmara caíra e iam ter eleições, só que, lamentavelmente, caíra com muita dificuldade. -----

----- Mas permitia-se dizer uma coisa que não sabia se iria ser entendida. Na sexta-feira passada, assistira a uma “telenovela”, durante horas seguidas, para que o Sr. Presidente da Câmara, Prof. Carmona Rodrigues, conseguisse fazer chegar à Sra. Presidente da Assembleia Municipal e à Sra. Governadora Civil, uma simples carta dizendo que a Câmara tinha caído. -----

----- Foi começando por dizer que não podia mandar a carta para o Governo Civil porque eram precisas fotocópias dos bilhetes de identidade, documento que não era necessário para qualquer um se candidatar como era sabido. Depois foi dizendo que ia mandar um ofício aos partidos, e os partidos responderiam todos que não mandavam fotocópias de bilhetes de identidade porque não era legal, e ele então mandaria para o Governo Civil – isso às duas e meia da tarde – e a Governadora Civil decidiria. E quando não chegava nenhum ofício, às quatro e meia da tarde procurara contactar o Sr. Presidente, do seu Gabinete ninguém atendia, ninguém sabia onde estava mas que estava num sítio onde ninguém sabia onde. A certa altura conseguira descobrir um assessor que lhe disse: “o Sr. Presidente já decidiu que não vai mandar ofício nenhum”. Bom, tinha estado três horas à espera para entregar um ofício a dizer que o BE não entregava as fotocópias, e o Sr. Presidente da Câmara andava então à procura da Sra. Governadora Civil para ela esclarecer se eram ou não eram precisas fotocópias dos bilhetes de identidade! -----

----- Disse que contava esta história não pelo que ela tinha de trágico/cómica, mas porque foi preciso escrever uma carta à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, que

ali queria elogiar neste momento, dizendo-lhe que vinham protestar porque o Sr. Presidente da Câmara Municipal não executava uma decisão legal, uma decisão das leis da República, andando a tentar protelar uma questão e não se sabia por quanto tempo o pretendia. E foi com base na carta da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, a quem queria agradecer o facto de lhe ter telefonado um quarto de hora depois, que enviara directamente para o Governo, para a Sra. Governadora Civil e para o Sr. Presidente da Câmara dizendo-lhe “faz favor de entregar a carta, imediatamente, à Sra. Governadora Civil”. -----

----- Podia-se ter evitado isso tudo! Tão triste, tão triste! Isso dignificava a democracia? Isso criava credibilidade na política e nos políticos? E era com a clareza de quem elogiava a atitude da Presidente da Assembleia Municipal, que desejava dizer que não havia razão política para que não se fizessem eleições para a Assembleia Municipal. E não havia razão política por duas razões: -----

----- Não porque houvesse qualquer crise institucional na Assembleia Municipal, porque ela funcionara bem e esperava que continuasse a funcionar bem, até porque já se perdera a oportunidade, no entender do BE, porque as eleições já estavam marcadas, mas porque, politicamente, houve um projecto político apresentado pelo PSD e esse projecto caíra. E não havia um programa para a Assembleia Municipal! ---

----- Mas o Deputado Municipal Saldanha Serra que ali falara em desonestidade e culpava o BE por esta situação, porque o BE tinha muita comunicação e o PSD pouca, ia tentar telefonar, a seguir, ao Dr. Pinto Balsemão para lhe agradecer o facto de ele ter sido o fundador do BE! -----

----- Como estavam a falar de honestidade, ia ler o Projecto de Lei que o PSD tinha presente na Assembleia da República, que dizia, citou: “Já em 1979, no seu contributo, ‘Uma Constituição para os anos oitenta’, Sá Carneiro abordou esta questão e propôs a reforma do modelo autárquico no sentido de haver apenas eleição directa para a Assembleia Municipal, etc., etc.” E daí concluía nos seus considerandos: “Considerando V – As traves mestras da proposta do PSD para a reforma do modelo político do Poder Local, são: Ponto 5 – A dependência política do Executivo perante a Assembleia estabelecendo-se o princípio limite da dissolução simultânea dos dois órgãos em caso de reiterada rejeição e não se conseguir constituir em concreto o órgão executivo”. -----

----- Portanto, desonestidade era quando se tinha uma posição na Assembleia da República num Projecto de Lei, e se tinha ali outra posição completamente diferente. -

----- Por isso, desejava dizer que o BE apresentara a sua Moção com muita seriedade e com muita clareza. O que saudavam era que ia haver uma mudança em Lisboa e que os lisboetas iriam ser chamados a dar o seu contributo, porque a democracia, como disse o líder do PSD, em último lugar residia no cidadão. -----

----- Mas o PSD resistira, resistira, e ainda veio ali fazer um balanço no sentido de que foi tudo positivo! Nem se sabia porque era que caiu a Câmara! -----

----- O que o BE queria dizer, ali, era que os lisboetas tinham hoje razão para saber que existiam no Município muitos democratas, de várias correntes políticas, até dentro do PSD, mas que ia de certeza haver uma grande mudança política na cidade, porque

não mais podia haver um Executivo como o último. O BE estava pronto a assumir as suas responsabilidades, não só dizendo o que estava errado mas também que apresentaram na Câmara Municipal setenta propostas concretas, das quais oito foram aprovadas, tendo apenas um Vereador. Mas os Deputados Municipais do PSD esqueciam-se constantemente de dizer isso. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que estava a terminar um ciclo político na Cidade de Lisboa, mas para que fosse completa a mudança desse ciclo ela deveria ser levada às últimas consequências. Essa era a opinião do CDS-PP, e era por isso que apresentavam hoje uma Moção que, aliás, não era mais do que a explanação na Assembleia daquilo que tem sido a posição do CDS-PP nos últimos tempos, desde que a questão se colocara. Não numa perspectiva legal porque isso era tão óbvio que nem valia a pena discutir, mas numa perspectiva política aquilo que deveria ser devolvido ao povo era a possibilidade de votar não só para a Câmara mas também para a Assembleia Municipal. -----

----- Não era uma obrigação legal, repetiu, mas era óbvio que os Deputados Municipais eleitos directamente o foram num contexto em que claramente o projecto tinha como cabeça de lista, no fundamental, o mesmo como imagem política para um órgão e para o outro. -----

----- Argumentariam porventura que o cabeça de lista à Assembleia Municipal era outra pessoa, porque era com certeza, mas era óbvio que o projecto que era sufragado tinha essencialmente consistência na perspectiva da Câmara, na perspectiva do governo da cidade. E a Assembleia Municipal, com toda a sua importância – nem o poderia afirmar de outra forma sendo membro dela – tinha uma ligação umbilical aos projectos que eram apresentados nas campanhas eleitorais. -----

----- Esse era o entendimento do CDS-PP, mais correcto ou menos correcto cada um o julgaria, não o poderiam defender de outra forma e, portanto, achavam que para que o povo se pudesse pronunciar e ter uma representação muito mais válida nesta altura deste ciclo político, teria sido preferível que pudesse votar também para a Assembleia Municipal. No entanto, assim não foi possível, pelo que continuariam agora a luta para a eleição do Executivo camarário. -----

----- O que era fundamental era garantir que as propostas que iam ser apresentadas aos eleitores eram eficazes, e não se repetir erros do passado. E quando o CDS-PP era acusado pelo PSD de ter tido um comportamento errante, não entendia muito bem porquê já que o CDS-PP esteve, desde a primeira hora, como estava sempre, para garantir e partilhar as responsabilidades da governação sempre que para tal fosse solicitado. O CDS-PP propusera-se a esse sacrifício com toda a honestidade, e foi em determinado momento convidado, aliciado, e depois foi-lhe dito: “bom, nós até conseguimos governar a cidade com esta minoria, vamos fazer negociações à esquerda e à direita, nós somos de facto hábeis políticos vamos com certeza conseguir com esta maioria relativa governar a cidade e portanto não precisamos de vocês”. -----

----- Mas quando a situação se complicara um pouco, porque, obviamente, a habilidade política, afinal, não era tão brilhante quanto isso, voltaram a pedir “batatinhas”, e o CDS-PP foi a jogo. Agora, isso revelava uma posição que era um

pouco aquela de que o PSD precisava do CDS-PP, tudo bem, tinham uma ladeira para subir e isso era complicado, e então pedia-se uma mãozinha para ver se se chagava até lá acima. Só que, vencida a subida e chegados lá acima, olhava-se para o lado ou, por que não, uma rasteirinha para ver se ele caía ladeira abaixo. De facto, não era assim que se devia proceder mas, no entender do CDS-PP, foi um pouco assim que foi acontecendo ao longo destes tempos. -----

----- Portanto, se posição errante houve, ela não foi do CDS-PP mas foi com certeza do PSD. -----

----- Aliás, também ali foi dito que além de serem errantes tentaram mediatizar um projecto. Sinceramente não sabia como seria possível levar por diante um projecto como o da Baixa-Chiado, para recuperação do coração da cidade, em segredo. Isso era algo estranho, pois, como todos sabiam, era óbvio que um projecto desses tinha que ser mediatizado. Ele tinha que passar junto da população, tinha que passar junto dos órgãos de decisão, tinha que ser mediatizado! Não podia ser de outra forma. -----

----- Dir-lhe-iam que isso foi mediatizado pela Vereadora do CDS-PP, mas era óbvio que se era ela que tinha essa responsabilidade seria ela, obviamente, que tinha que a mediatizar. De resto, nunca viram o CDS-PP a pegar louros de outros Pelouros, porque quem tinha glórias noutros Pelouros era quem as devia publicitar aproveitando-se politicamente delas. A Vereadora do CDS-PP elaborara um projecto, portanto os louros eram dela e do Executivo, que depois teve uma atitude – já sabiam todos – que foi, enfim, fingir que queria o projecto e atirá-lo para umas quantas Comissões de forma a que ele fosse morrendo em agonia lenta. -----

----- De facto, não era assim que se governava uma cidade, com indecisões e com apoios e desapoios sucessivos, não era assim que o CDS-PP entendia as coligações, nem foi assim que estiveram no mandato anterior em coligação e também não era assim que queriam estar neste mandato. Não trabalhariam nunca com ninguém nessas condições. Foi isso que aconteceu. -----

----- Por fim, disse que desejava deixar uma nota em relação ao PS. Era verdade que o PS era segunda força política da Câmara e da Assembleia Municipal e, como tal, tinha responsabilidades, também ele, redobradas. Mas a imagem que transmitira ao longo do meio mandato decorrido não foi claramente a melhor, e também não ajudara na estabilidade da governação. Porque quando a maior força política da oposição dava lugar a alguns episódios como aqueles a que foram assistindo ao longo dos dois anos, era também um péssimo sinal para os eleitores, um sinal que ia criando sucessivas descrenças por parte dos eleitores e por parte das próprias estruturas camarárias, naquilo que eram as forças políticas que poderiam governar a Câmara Municipal. -----

----- Portanto, foi também um triste exemplo daquilo que não deveria ser a maior força política da oposição. Por isso, o PS deveria também repensar seriamente aquilo que pretendia fazer na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que Lisboa já há muito que havia batido no fundo, mas só agora chegara a altura de começar a procurar soluções para devolver a credibilidade e procurar resolver os problemas da cidade. -----

----- No entanto, na perspectiva do PEV, a situação criada só ficaria completamente resolvida com a eleição também para a Assembleia Municipal. Era verdade que a Lei não impunha eleições também para a Assembleia Municipal, mas também era verdade que não o impedia e, nessa perspectiva, convinha clarificar a decisão, que foi uma decisão exclusivamente política e que não decorreria de nenhum imperativo legal. -----

----- Não estivera em causa a estabilidade da Assembleia Municipal nem tão pouco se questionara a sua legitimidade, mas através da eleição também para a Assembleia Municipal, havia sobretudo condições para ultrapassar quaisquer condicionamentos para o futuro e evitar uma espécie de coabitação forçada entre os dois órgãos.-----

----- Nesse contexto, a eleição também para a Assembleia Municipal seria, no entender do PEV, a solução mais adequada, a solução mais ajustada por ser a que melhor serviria os interesses da cidade e dos lisboetas, a solução que mais garantias lhes dava para sacudir, definitivamente, o caos que se instalara no Município. -----

----- Porém, o PSD assim não o entendera, e agora, no entender do PEV, era tarde, o comboio estava já em andamento e era justamente por isso que se iriam abster na votação das moções números um e seis, do PS e do PP, respectivamente. -----

----- Portanto, na falta desse consenso iriam ter apenas eleições para o Executivo municipal, mas mesmo essas foram tiradas a ferro, pois só depois de tantos e tantos episódios contraditórios e até incompreensíveis, numa altura em que era mais do que evidente para toda a gente que a gestão dos destinos da cidade estava irremediavelmente comprometida, que o Executivo estava sem condições objectivas para resolver os problemas da cidade, completamente desacreditado, onde passara a reinar a confusão e as incertezas se instalaram, onde se acumularam casos, suspeitas, irregularidades, processos judiciais, nomeações duvidosas, atrasos nas transferências de verbas e dívidas, muitas dívidas. -----

----- Por fim, e para acabar com chave de ouro, até nas renúncias encontraram problemas, com as cópias dos bilhetes de identidade a servirem de obstáculo para prosseguir o processo. Até no fechar da porta, até no apagar da luz, houve resistência. -----

----- Consolava-os, pelo menos, o facto de saberem que o primeiro passo para resolver a grave crise que se instalara no Executivo, foi a última trapalhada dos demorados e penosos seis últimos anos. -----

----- Mais era difícil, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que chegaram a uma situação que era de facto lamentável, a dissolução da Câmara e a convocação de eleições intercalares. E era lamentável porque nesta acção, nesta atitude e neste período muitos foram responsáveis, pensava mesmo que todos foram responsáveis. Ele próprio se sentia responsável na medida em que apoiara durante os dois anos deste mandato, com denodo, com entusiasmo e com sinceridade este Executivo que acabara por não chegar ao fim do mandato. -----

----- Pensava que o BE não deixara de ser também responsável já que a atitude terrorista do seu Vereador permanentemente pôs em questão tudo o que foi aprovado pela Câmara, questionando, votando e publicitando da forma mais dramática que

podia todas as atitudes da Câmara, e também isso não ajudara a que o Executivo levasse a bom termo as suas acções. -----

----- Igualmente o CDS-PP, porque na altura em que constituiu maioria também houve da parte dessa força política, nomeadamente da sua Vereadora, algum contributo para que essa maioria fosse desfeita. -----

----- Mas que dizer do PS?! É que o PS, mesmo na oposição, desfizera-se, destruía-se antes do PSD na Câmara Municipal! Deixaram de falar uns com os outros, não foi uma oposição, não foi sequer o estímulo em termos daquela oposição que deveria ser feita numa Câmara Municipal como a de Lisboa, de forma a que, através da sua acção, fosse um bom sustentáculo para a maioria. -----

----- Portanto, chegaram a este ponto e todos tinham alguma responsabilidade. Havia agora que pensar no futuro, e o futuro não passava, naturalmente, por eleições também da Assembleia Municipal, e não passava porque, na prática, não ia resultar em nada já que o PSD tinha 33 mandatos derivados das Juntas de Freguesia, o que queria dizer que dificilmente a composição da Assembleia seria diferente. E se caíssem Assembleia Municipal e Juntas, se calhar o processo eleitoral iria demorar meses e meses até que fosse concretizado. Por isso, na prática não resultava. -----

----- O que era fundamental é que Assembleia Municipal, e pessoalmente faria tudo para que isso acontecesse, fosse qual fosse o resultado das eleições colaborasse com a Câmara, neste período difícil, no sentido de melhorar o mais possível as condições da cidade. -----

----- Disse que já alguns candidatos se afirmaram, e havia um que se dizia com grandes hipóteses de ganhar mas que era o principal adversário de Lisboa, porquanto era um homem que defendia a Ota, era responsável por retirar à Câmara Municipal de Lisboa 33 milhões de euros através da Lei das Finanças Locais, era responsável por não permitir que as contrapartidas do casino, 14 ou 17 ou 20 milhões de euros tivessem já chegado à Câmara, portanto era o homem que mais tinha estrangulado financeiramente a Câmara. -----

----- Por isso, quando o PS falava que a Câmara estava estrangulada financeiramente era um facto que a si o devia, e o devia, naturalmente, ao responsável pelas autarquias que era o candidato que ia apresentar à Câmara de Lisboa. Era o homem responsável por aquele absurdo que era a proposta de lei das Áreas Metropolitanas, um absurdo que toda a gente contestava porque iria retirar às Câmaras capacidade de intervenção. -----

----- Era esse o candidato do PS, aquele que se dizia que estava em melhor posição para ganhar a Câmara! Era esse que era responsável num Governo que deixava o Terreiro do Paço há cerca de 12 anos no estado em que estava! Era esse que era responsável de um Governo que deixava o Túnel do Rossio há cinco anos por arranjar, com prejuízos enormes para todos os lisboetas! Era esse que era responsável de um Governo que tutelava o Metro que tinha há cinco ou seis anos a Praça Duque de Saldanha completamente engarrafada! -----

----- Portanto, era preciso que os lisboetas soubessem quem era que o PS estava a indicar para candidato à Câmara Municipal de Lisboa, e era preciso que soubessem

que era só um instrumento político porque esse homem nunca gostara de Lisboa, porque, se gostasse, nunca teria feito as malfeitorias que fizera. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, aludindo à intervenção do munícipe Sr. Rui Oliveira, em representação da Associação de Pais da Escola n.º 205, no período de intervenção do público, disse que o PEV apresentara uma Recomendação sobre a Escola EB1 n.º 205, de Benfica. O próprio Ministério da Educação já reconheceu que ela não possuía as condições mínimas para o funcionamento regular das actividades escolares, pois afectava a segurança das próprias crianças, o que já levava a fazer uma exposição sobre o problema na reunião de Câmara de 10 de Janeiro deste ano. -----

----- Como solução falava-se em colocar contentores na Escola n.º 52, mas existindo um protocolo entre o Ministério da Educação e a Câmara no sentido da construção de equipamentos escolares, os pais e professores sabiam que há anos existia um novo espaço e um projecto para ela reservado. Mais, todos sabiam que se encontrava inscrita uma verba específica na rubrica de construção de equipamentos escolares do Plano de Actividades para 2007, com a finalidade de se proceder à construção da nova escola e jardim-de-infância n.º 205, de Benfica. -----

----- Por tudo isso, o PEV recomendava que, dialogando-se com a comunidade educativa, se assumisse de vez o compromisso de levar a cabo a construção da projectada nova escola para substituição da actual n.º 205, ainda durante o corrente ano, para o bem-estar das crianças. -----

----- Na segunda Recomendação, o PEV sublinhava que a Câmara, em 2004, entendera que a promoção dos espaços verdes no Município passava pela assinatura de um protocolo com a Associação Lisboa Verde. Esse protocolo previa a inclusão de campanhas de sensibilização aos munícipes sobre a necessidade de valorização e conservação das manchas verdes da cidade, e que essa participação se desenvolveria através da ampla participação activa dos munícipes nas zonas verdes da área do Município. Todavia, apesar de aprovado em reunião de Câmara, este protocolo nunca chegara a ser assinado. -----

----- Por isso, o PEV recomendava vivamente à Câmara que recuperasse os princípios da proposta da Câmara n.º 78/2004 e concretizasse a assinatura do protocolo com a Associação Lisboa Verde, para defesa dos espaços verdes. -----

----- Na terceira Recomendação, que tinha a ver com a incineradora de resíduos hospitalares localizada no Parque de Saúde de Lisboa, no Hospital Júlio de Matos, disse que ela era actualmente a única existente no País encontrando-se a proceder ao tratamento de 6.000 toneladas de resíduos por dia, mas as suas emissões de poluentes ultrapassaram, por mais de uma vez, os mínimos permitidos, quer em 2006, quer agora em 2007. -----

----- Segundo declarações da Inspecção-Geral do Ambiente e Ordenamento do Território, esses poluentes perigosos constavam de dioxinas e furanos, subprodutos gerados em processos químicos e de combustão, onde se incluía a incineração de resíduos, sendo que os efeitos da exposição a esses compostos na saúde humana

envolviam alterações ao sistema imunológico reprodutor e endócrino, podendo em maiores concentrações apresentar características cancerígenas. -----

----- Mas, para além desses efeitos, pior era o facto dessas duas substâncias se manterem no ambiente durante centenas de anos, tendendo a acumular-se nas gorduras dos seres vivos ao longo da cadeia alimentar. -----

----- As situações detectadas coincidiram precisamente com o momento de acções de inspecção, por parte do Instituto do Ambiente e Desenvolvimento, à incineradora, ordenada pela Inspecção-Geral do Ambiente. A empresa gestora dos equipamentos hospitalares até poderia afirmar que teve azar naquele dia, uma vez que se não tivesse ocorrido a inspecção ninguém daria conta das habituais infracções da incineradora. A própria Câmara Municipal chegara a tomar posição e a considerar que o funcionamento da incineradora naquele local não era a solução ideal uma vez que tratava resíduos hospitalares perigosos numa zona residencial. E era justamente aí que batia o ponto: com essas contínuas situações estavam perante uma situação de grave atentado à saúde pública, a qual deveria ser resolvida o mais rapidamente possível, sob pena de ocorrerem situações irreversíveis não bastando só e apenas acautelar todas as medidas de minimização dos potenciais impactos negativos nem acções de sensibilização das populações, mas sim uma rápida descentralização da incineradora para uma zona não residencial. -----

----- Era nesse sentido que o PEV propunha uma melhor fiscalização do equipamento, a instalação de uma estação de monitorização da qualidade do ar articulada com a rede já existente, que fossem divulgados os resultados da análises bem como as entidades competentes diligenciar no sentido de se descentralizar a incineradora, a curto prazo, para uma zona não residencial. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, depois de referir que o Deputado Municipal Victor Gonçalves se prestava a todos os papéis, mas não se saía bem nas fotografias, disse que na mesma tribuna em que estava a intervir, o Deputado Municipal Victor Gonçalves teve sempre as intervenções mais calorosas em defesa do anterior Presidente da Câmara, mas honra lhe fosse feita porque não foi capaz agora de lhe prestar homenagem. Era verdade que fizera ali as intervenções mais acérrimas e sectárias contra a oposição, algumas delas até raiando um bocadinho o campo da ofensa pessoal, mas bem sabia que depois teve sempre a elegância de se retratar. Mais em Passos Perdidos do que em palco, mas teve sempre. -

----- Por outro lado, também disse agora que se penalizava de não ter feito o suficiente para aguentar o seu Executivo, e isso só lhe ficava bem porque de facto era verdade. De facto, o PSD não fizera o suficiente na Assembleia Municipal para aguentar o seu Executivo, o PSD esteve sempre mais entretido a fazer intriga contra o seu Presidente da Câmara e alguns dos Vereadores do que a apoiar este Executivo, mas o Deputado Municipal Victor Gonçalves foi agora ali fazer campanha eleitoral barata, e ainda não estavam em campanha, até nem sequer sabiam ainda quem era o candidato do PSD. ---

----- Mas só usava agora da palavra para lhe dizer duas coisas: -----

----- A primeira, era que ainda não tinha sido desbloqueada a verba do casino porque a Câmara não apresentara projectos. Isso é que era importante que o Deputado



Municipal Victor Gonçalves interiorizasse, porque o facto de estarem atrás do microfone não lhes permitia dizer tudo pensando que depois não havia réplica. -----

----- A segunda, era que em política podiam usar muitos adjetivos, deviam discordar sempre que achassem que deviam discordar, podiam até, por ver vezes, ser duros, com alguma agressividade positiva, embora mantendo a elegância e o civismo nos combates políticos, mas ficava tão mal ao Deputado Municipal Victor Gonçalves ir ali acusar o Dr. António Costa de malfeitor, que era de facto qualquer coisa de inacreditável vindo da sua parte, que era uma pessoa que gostava de cultivar nos bastidores a urbanidade e o conceito de civilidade entre todos. -----

----- Só que depois transformava-se atrás do microfone e fazia estas figuras que, de facto, não abonavam em seu favor nem em favor de quem lhe batia palmas. -----

----- Seguidamente, o **Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** solicitara a palavra para defesa da honra da bancada, tendo o **Senhor Presidente em exercício** respondido que em termos de Regimento havia a defesa da honra mas não havia a defesa da bancada. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra para dar uma informação de carácter genérico, disse que ia entregar agora mesmo a suspensão do seu mandato de Deputada Municipal da Assembleia Municipal de Lisboa, e mantinha essa suspensão até à tomada de posse do novo Executivo que irá gerir a Câmara Municipal de Lisboa, porquanto foi nomeada, em representação do PS, para a Comissão Administrativa que ia gerir a Cidade de Lisboa até à tomada de posse da nova Vereação. -----

----- Referiu que desejava dizer isto de viva voz, e acrescentou que enquanto membro da Comissão Administrativa esperava e tinha a certeza que teria a colaboração de todas e todos para que o processo eleitoral e a gestão da Câmara decorressem sem quaisquer incidente. -----

----- Entregou então na Mesa o seguinte documento: -----

-----“Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Deputada Municipal eleita nas listas do Partido Socialista solicita a suspensão do mandato durante o período que decorre entre a tomada de posse da Comissão Administrativa e a instalação da nova Presidência da Câmara saída das eleições intercalares. -----

----- A razão da minha suspensão justifica-se pois fui nomeada para a referida Comissão Administrativa que vai gerir a Câmara no período das eleições intercalares.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que a Mesa não soubera aceitar aquilo que era a defesa da honra por parte de um Deputado Municipal que tinha que usar essa figura regimental ... -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, interrompendo o interpelante, perguntou qual era a interpelação que queria fazer à Mesa, tendo o **Deputado Municipal Victor Gonçalves** respondido que pretendia utilizar essa figura regimental para poder dizer que, de facto, o seu comportamento na Assembleia Municipal tem sido sempre o mesmo, que não tem sido a ofender nenhuma das bancadas nem nenhuma das pessoas, pelo contrário. -----

----- Se de facto uma pessoa com o perfil, com o passado e com a atitude que manteve ao longo dos últimos tempos relativamente à Cidade de Lisboa teria praticado algumas malfeitorias, isso não queria dizer que fosse malfeitor, mas tê-las-ia praticado. E era em relação a isso que reclamava. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- (Nota: As alterações que foram sendo anunciadas pelo Sr. Presidente em exercício antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia) -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo PS, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS e CDS-PP, e a abstenção do PCP, BE e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -

----- “O Partido Comunista foi dos que mais cedo defendeu aquilo que era a necessidade de haver a queda simultânea da Câmara e da Assembleia Municipal. Creio que tomaram nota disso, até o fez pela voz do seu Secretário-Geral. -----

----- Era nosso entendimento nessa altura, e continua a ser, que as responsabilidades da actual situação, se cabiam fundamentalmente à Câmara também cabiam à maioria desta Assembleia que, tal como o Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves aqui disse, teve uma posição de permanente sustentação dessa política. -----

----- Agora, o que acontece é que neste momento essa situação parece-nos que não é uma situação sustentável. O PSD não quis que a Assembleia caísse, neste momento avançar para um processo desses isso seria arrastar para um novo processo eleitoral, que provavelmente iria decorrer em Agosto, e creio que isso era uma situação que não traria benefícios nem para Lisboa nem para a governação futura de Lisboa neste momento. -----

----- Foi por isso que nós nos abstivemos.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “É só para dizer que, do ponto de vista político, nós estamos de acordo com a Moção do PS, temo-lo na nossa Moção também, no entanto pensamos que na situação actual concreta o que temos que tratar agora é de eleições para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Este é o problema concreto. Por isso tomamos posição na nossa Moção sobre isso porque achávamos que devia ser para os dois órgãos. E queremos dizer que não devemos ter nenhum temor disto, porque nenhum de nós tem dúvidas que vai mudar a maioria do Executivo da Câmara Municipal. -----

----- E, portanto, o que vai acontecer é que a maioria absoluta do PSD que está aqui, vai ficar com um problema enormíssimo nas mãos, não tem outra hipótese porque nem sequer tem maioria relativa, que é, ou não deixa passar nada porque depois de terem deitado a Câmara abaixo nem sequer deixa governar para resolver o problema, ou então vão ter que deixar passar tudo. -----

----- É tão simples como isso, e é para mal do PSD que não vai haver eleições para a Assembleia Municipal.” -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Apenas para referir que apesar de não concordarmos com todos os considerandos da Moção do PS, desde a primeira hora o CDS-PP defendeu a necessidade de clarificar a situação política nos órgãos da capital, devolvendo ao povo a possibilidade de sufragar um novo projecto. -----

----- Nessa perspectiva, votamos a favor da Moção, mau grado alguns considerandos que não aceitamos.” -----

----- A **Moção n.º 2**, passara a Recomendação n.º 4, conforme já anunciado. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo PCP, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, votos a favor do PCP, BE e PEV, e a abstenção de 3 Deputados Municipais do PSD. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo BE, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo BE, com votos contra do PSD e CDS-PP, e votos a favor do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 6**, apresentada pelo CDS-PP, com votos contra do PSD, e votos a favor do PS e CDS-PP, e a abstenção do PCP, BE e PEV. ---

----- Terminada a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 1**, apresentada pelo PEV, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 2**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 3**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP e um Deputado Municipal do BE. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º 4**, apresentada pelo PEV, com votos contra do PSD e CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- Findas as votações, o **Senhor Presidente em exercício** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária que tinha para discussão os seguintes pontos, sendo que os números um e quatro foram retirados pelos motivos já referidos no início da reunião: -----

----- **Ponto 1 - Proposta apresentada pelos Grupos Municipais do Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português e Partido Ecologista “Os Verdes”, visando:** -----

----- - **Censurar o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa;** -----

----- - **Reclamar junto da Câmara Municipal de Lisboa que esta crie todas as condições para a realização, o mais rápido possível, de eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa.** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 125/2007;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 133/2007;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 163/2007;** -----  
----- **Ponto 5 - Proposta 172/2007;** -----  
----- **Ponto 6 - Proposta 174/2007;** -----  
----- **Ponto 7 - Proposta 194/2007;** -----  
----- Foi distribuído um aditamento com o seguinte ponto: -----  
----- **Ponto 8 - Proposta 195/2007.** -----  
----- Antes de dar a reunião por encerrada, o **Senhor Presidente em exercício**  
submeteu à votação a continuação da Sessão por mais uma reunião, tendo a  
Assembleia deliberado aprovar a referida continuação, por unanimidade. -----  
----- Depois, pelas razões que já explicara no início dos trabalhos, em nome da  
**Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, que já se encontrava presente, deu  
por encerrado a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião,  
na próxima terça-feira, dia 22 de Maio, pelas 15 horas. -----  
----- Eram 17 horas. -----  
----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que  
subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_ . -----  
----- A PRESIDENTE -----